

DNIT

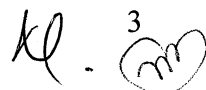
ATA DA 127ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DNIT

No terceiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, com o início às catorze horas e cinquenta e três minutos, realizou-se a Centésima Vigésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, na sala 13 do Gabinete do Diretor-Geral do DNIT, localizada no 4º andar do Edifício Núcleo dos Transportes, na Sede do DNIT em Brasília/DF, denominada Sala de Reuniões da Diretoria Colegiada, sob a Presidência do Senhor Marcelo Sampaio Cunha Filho – Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura, com a participação dos seguintes Conselheiros, conforme consta no livro de presença: Antônio Leite dos Santos Filho – Diretor-Geral do DNIT; Roger Silva Pêgas – Diretor do Departamento de Transporte Rodoviário/MInfra; Eimair Bottega Ebeling – Coordenador-Geral de Planejamento de Transportes Terrestres/MInfra; e Diogo Mac Cord de Faria – Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia. Compareceram ainda o Senhor Benedito Orlando Nava Castro – Auditor-Chefe do DNIT; e, como convidados, o Senhor Euler José dos Santos – Substituto do Presidente do Conselho de Administração e Assessor Especial da Secretaria-Executiva/MInfra; a Senhora Karoline Brasileiro Quirino Lemos – Diretora de Infraestrutura Aquaviária do DNIT; e os Senhores André Kuhn – Diretor Executivo do DNIT; Euclides Bandeira de Souza Neto – Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT; Marcio Lima Medeiros – Diretor de Administração e Finanças do DNIT; Luiz Guilherme Rodrigues de Mello – Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT; Marcelo Almeida Pinheiro Chagas – Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT; Alexandre Reche Correa – Assistente da Auditoria Interna do DNIT. Não compareceu o segundo representante do Ministério da Economia, considerando que ainda não foi indicado mais um nome daquela Pasta para compor o Conselho. Passando à ordem do dia, o Senhor Presidente colocou em apreciação o **Item 1. Aprovação da Ata da 126ª Reunião Ordinária do CONSAD/DNIT**. A Ata foi aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. Passou, então, aos **Itens 2. Projetos para 2019; e 3. Planejamento 2019-2022**, e, antes do início das apresentações, o Presidente recomendou que o DNIT faça o trabalho de alinhamento com as bancadas de parlamentares, visando ao remanejamento de recursos para as obras prioritárias e para as que possuem condições de serem executadas, além de apresentar os projetos, as metas e um cronograma para o ano subsequente, reforçando o auxílio do CONSAD nessa tarefa. No ensejo, o Diretor-Geral do DNIT informou que tem ocorrido reuniões semanais com as bancadas de todos os estados para demonstração do orçamento do DNIT e das probabilidades de alocação de recursos em empreendimentos prioritários. Disse que esses encontros têm sido proveitosos e que há um feedback positivo por parte dos parlamentares. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente solicitou o início das apresentações das Diretorias quanto aos itens em comento, sugerindo sua realização de maneira conjunta. Desse modo, o Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT principiou a exposição, tratando do planejamento de sua Diretoria, especialmente voltado a Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental que estão em andamento em cerca de 36 mil quilômetros de rodovias. Explicou que há uma hierarquização das prioridades de acordo com as diretrizes do Ministério da Infraestrutura – MInfra, em função das concessões, e com o Plano Nacional de Logística – PNL. Afirmou que o atual planejamento orçamentário para projetos já exclui rodovias que estão em processo de concessão. No entanto, argumentou que, ainda assim, a Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos – CGDESP terá um grande desafio pela frente na projeção de cerca de 4 mil quilômetros em projetos de empreendimentos a serem licitados no próximo ano, havendo uma expectativa de investimento em torno de 500 milhões de reais. Passando às considerações sobre desapropriação e reassentamento, o Senhor Luiz Guilherme mencionou a necessidade orçamentária de aproximadamente 600 milhões de reais para 2019. Para exemplificar, citou os casos dos reassentamentos do Programa Concilia BR-381/MG; os relativos às obras na Ponte do Guaíba, no Rio Grande do Sul, consideradas prioritárias pelo DNIT; e também o

(Handwritten signatures and initials)

Programa Federal de Faixas de Domínio – PROFAIXA, o qual visa regularizar as faixas de domínio, podendo haver percalços advindos de desapropriação e reassentamento a administrar. Nesse ínterim, o Conselheiro Diogo Mac Cord sugeriu contato com a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, a qual poderia ser parceira nas tratativas quanto à facilitação dos trâmites de cartório dos documentos. Retomando a palavra, o Diretor de Planejamento e Pesquisa passou à questão ambiental. Mencionou a redefinição de competências nessa área e explicou que o DNIT tem desenvolvido uma modelagem de contratação inédita com a inclusão das supervisões de obra e ambiental num mesmo contrato. Explicou ainda que a Autarquia, juntamente com o MInfra, está revendo a Portaria Interministerial MMA/MT nº. 288, de 16 de julho de 2013, que instituiu o Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis – PROFAS, visando facilitar os processos de licenciamento ambiental. Salientou que foram reduzidos custos de alguns contratos de gestão ambiental, por meio de adequação de equipe, o que diminuiu consideravelmente o custo dessas obras. Quanto à pesquisa, mencionou a parceria que será estabelecida entre o DNIT e o Banco Mundial, por meio de empréstimo a ser concedido pelo Banco à Autarquia, pelo prazo de cinco anos, e cujos objetivos são modernizar o DNIT; aprimorar a eficiência da gestão pública; tornar o Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR autossustentável, podendo ser, em futuro próximo, vinculado ao MInfra, para uma atuação mais abrangente; rever a estrutura do DNIT em nível nacional; realizar o programa de concessões administrativas; criar parcerias com centros de excelência, como universidades no país; e melhorar administrativamente a Autarquia. O Senhor Luiz Guilherme enfatizou que o orçamento destinado à DPP esse ano - em torno de 116 milhões de reais - foi muito inferior ao dos anos anteriores. Por fim, agradeceu a oportunidade aos participantes. Os Conselheiros agradeceram e, em seguida, o Senhor Presidente franqueou a palavra ao Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT, que iniciou sua explanação tratando da manutenção de rodovias, baseada no Plano Nacional de Manutenção Rodoviária – PNMR. Disse que o Plano é dividido em quatro partes, assim, é realizada uma programação ideal, estimada a dotação orçamentária, reavaliadas as propostas, considerando o limite orçamentário e, por fim, são concretizados os ajustes necessários junto às Coordenações e Superintendências nos Estados, após consolidação desse limite. Em seguida, o Senhor Euclides Bandeira mostrou o histórico de defasagem orçamentária no período de 2016 a 2019 e, continuou falando sobre o Índice de Condição da Manutenção – ICM, salientando que, segundo os dados levantados e o atual cenário de restrição orçamentária do DNIT, até o ano de 2021, metade da malha federal estará em condição péssima, o que é um fato alarmante. O Conselheiro Diogo Mac Cord interveio e enfatizou que o panorama do orçamento para o próximo ano seguinte é preocupante, inclusive de maior restrição que a do presente ano, e que, provavelmente, a Autarquia não conseguirá um limite distinto ou maior que o desse ano. Sugeriu, então, que o DNIT busque estratégias para complementar seu orçamento, como, por exemplo, por meio de emendas parlamentares ou por novas formas de receitas geradas pela própria Autarquia. Nesse momento, o Senhor Presidente recomendou que Diretoria da Autarquia promova a indicação de nomes de servidores técnicos, especialmente da área de infraestrutura de transportes, para compor um grupo de trabalho com o objetivo de propor soluções e estabelecer possibilidades de obtenção de receita para aplicação e sustentação da manutenção da malha rodoviária sob responsabilidade do DNIT e de estudar a legislação pertinente à matéria, em consonância com membros a serem indicados pelo MInfra. O Colegiado concordou com a proposição e o Senhor Euclides Bandeira encarregou-se de dar andamento à proposta. Prosseguiu e passou à construção rodoviária, ressaltando que o planejamento dessas obras já exclui os empreendimentos das rodovias que serão concedidas. O Conselheiro Roger Pêgas, então, orientou o DNIT a focar nos empreendimentos que poderão ter resultado imediato ou prosperar, em face do panorama orçamentário vigente. O Diretor de Infraestrutura Rodoviária assentiu e, retomando a palavra, explicou que o DNIT estabeleceu cinco obras prioritárias, alinhadas com a orientação do Governo Federal. Demonstrou ainda que a Proposta de Lei Orçamentária

Anual – LOA para 2020 está mais detalhada, com especificações de serviços que não havia anteriormente. Concluindo, agradeceu os Conselheiros pela oportunidade e colocou-se à disposição. O Senhor Presidente também agradeceu o Senhor Euclides e, em seguida, passou a palavra ao Diretor de Infraestrutura Ferroviária que iniciou exibindo um panorama da evolução dos valores destacados para o modal ferroviário na LOA, no período compreendido entre 2016 e 2019. Mostrou que, de um patamar de 198 milhões de reais em 2016, o orçamento destinado à área ferroviária diminuiu para 105 milhões em 2019. Com isso, explicou que a distribuição desse recurso foi realizada da seguinte forma: cerca de 81,8 milhões de reais para o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC; 18 milhões para DEMAIS; e 4,9 milhões para manutenção e gestão de ativos. Dando seguimento, o Senhor Marcelo Chagas detalhou a alocação do orçamento disponível para 2019, nos empreendimentos do PAC e nos relativos a DEMAIS. A seguir, informou que a DIF tem o objetivo de concluir cinco obras e contratar outras três em 2019, com previsão de investimentos no montante de 39,3 milhões de reais. Asseverou ainda que os Contornos Ferroviários de Joinville e de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, estão entre os estudos e projetos para o ano corrente que produzirão as maiores obras. Esclareceu que alguns projetos foram incluídos no caderno de obrigações da Rumo Malha Paulista S.A. e que alguns empreendimentos relativos a DEMAIS não serão executados por terem sido concedidos à Rumo. Ato contínuo, o palestrante citou a execução orçamentária prevista para 2019, ação por ação. Depois, mencionou o Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas – PROSEFER, dizendo que está alinhado ao Mapa Estratégico do DNIT e que se trata, em linhas gerais, de uma metodologia utilizada para priorização dos empreendimentos a serem executados, de acordo com diversos aspectos relacionados a cada empreendimento estudado, com o objetivo de alcançar a solução para conflitos ferroviários. Prosseguindo, o Diretor de Infraestrutura Ferroviária apresentou uma linha do tempo relativa ao planejamento para 2019 a 2022, com a perspectiva de investimento aproximado de 1,1 bilhões de reais até 2022. Por fim, o Senhor Marcelo Chagas passou a tratar do patrimônio da DIF e da expectativa de dar destinação a mais de sete mil bens em 2019, a maior parte por meio de leilões que já estão planejados até 2020. Quanto ao acervo documental da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, informou que o DNIT ficou responsável por sua guarda e que há uma vasta quantidade de documentos pertencentes ao Departamento de Órgãos Extintos – DEPEX, o qual já foi oficiado para assumir a guarda de seu acervo e manifestou-se abordando sua tentativa de obter recurso na LOA de 2020 para realizar a guarda e se responsabilizar pelo ônus financeiro decorrente. Nesse momento, o Senhor Presidente perguntou se há algum envolvimento do MInfra para auxiliar nessa questão. O Senhor Marcelo Chagas respondeu que não. Então, o Presidente sugeriu que fosse estabelecido contato com o Ministério a fim de agendar reunião com representantes da Pasta, do DNIT e do DEPEX para tratar do assunto. O Senhor Marcelo Chagas e os demais Conselheiros concordaram com a proposta e o Diretor de Infraestrutura Ferroviária encerrou sua explanação dizendo que tomaria providências nesse sentido. Os Conselheiros agradeceram os esclarecimentos prestados e a palavra foi franqueada ao Senhor Marcio Medeiros - Diretor de Administração e Finanças, o qual iniciou abordando as questões de quadro de pessoal, estrutura e orçamento da Autarquia. Preliminarmente, mostrou um quadro em que o DNIT figura como a entidade que possui um orçamento de destaque na LOA 2019, dentre todas as vinculadas ao MInfra, representando 31% do orçamento destinado ao Ministério. No entanto, o Senhor Marcio Medeiros lembrou que apenas o orçamento para PAC do DNIT compreende cerca de 70% do total reservado ao MInfra. Ponderou que parte dos 8,5 bilhões de reais reservados ao DNIT na LOA está bloqueada e que, devido às limitações existentes para realizar alterações, é necessária uma tomada de decisão estratégica e política a fim de priorizar ou não determinado empreendimento. Seguiu mencionando a iniciativa de reduzir e até mesmo eliminar a elevada quantidade de Restos a Pagar – RAPs. Mostrou a distribuição de limite para movimentação e empenho para PAC e DEMAIS por Diretoria, no exercício de 2019. Quanto às ações de gestão da DAF, exibiu os cortes



orçamentários realizados por ação, ressaltando a dificuldade em face da supressão na ação 15P7 – Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação, por terem sido realizados investimentos consideráveis em tecnologia de *Business Intelligence* (BI), embora o Centro de Processamento de Dados – CPD esteja defasado. Alertou que o orçamento de 7,05 milhões, reservado para tal ação, é muito pequeno dada sua importância e a envergadura do DNIT. O Senhor Marcio Medeiros citou as alterações orçamentárias já feitas e apresentou a proposta preliminar para o Projeto de Lei Orçamentária de 2020, ressaltando o grande esforço da Autarquia para reduzir o orçamento inicialmente projetado em 20 bilhões de reais para o valor atual de 12,6 bilhões. Acrescentou que disponibilizará o Caderno da Proposta Orçamentária relativo a 2020, o qual contém informações mais detalhadas sobre o assunto, para ciência dos Conselheiros. Passou, então, a tratar do próximo tópico - Quadro de Pessoal do DNIT. Mostrou informações por meio da ferramenta *Tableau Public*, na qual foi criado um painel contendo a abrangência dos servidores do DNIT no Brasil. Explicou que, pelo painel, é possível acessar dados relativos aos cargos, à lotação, à distribuição geográfica nacional e outras informações dos 2.760 (dois mil, setecentos e sessenta) servidores da Autarquia. Finalizou o tópico informando que, a partir do segundo semestre de 2019, a DAF deve criar um caderno de necessidades de recursos humanos, propondo lotação mínima em cada unidade e facilitando inclusive a movimentação de servidores entre elas. O Presidente agradeceu pelos esclarecimentos prestados e solicitou que fosse disponibilizado o acesso às informações apresentadas sobre o Quadro de Pessoal de servidores. O Senhor Marcio Medeiros assegurou que providenciaria o envio do *link* para que os Conselheiros pudessem acessar as informações e prosseguiu falando sobre alguns projetos da DAF planejados até 2021. Dentre eles, elencou para as áreas de sua Diretoria: 1. Gabinete - implantação do Portal de Governança de Resultados e redução dos custos das concessões de diárias e passagens até outubro de 2019; 2. Coordenação Geral de Recursos Logísticos - funcionamento do Painel de Governança, implantação de sistema de gestão de demandas na DAF, elaboração do Plano Diretor de Compras, Aquisições e Contratações, do Catálogo de Bens Comuns do DNIT e do Plano de Logística Sustentável; 3. Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - Dicionário de Competências já aprovado pela Diretoria Colegiada, lançamento da política de Qualidade de Vida no Trabalho, elaboração do Programa de Desenvolvimento de Lideranças, e implantação de Plataforma Educacional; 4. Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - estudo sobre a viabilidade de serviço de armazenamento em nuvem/híbrida, implantação de *firewall* de entrada, saída, antispam e filtragem de conteúdo, e contratação da fábrica de *software*; 5. Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - racionalização da necessidade de emissão de declarações exigidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, sistematização do controle do orçamento do DNIT, elaboração de Instrução de Serviço para normatizar nova rotina de procedimentos relativos à situação de regularidade trabalhista das empresas prestadoras de serviços, e aprimoramento da fidedignidade de registros contábeis; e 6. Coordenação Geral de Cadastro e Licitações - publicação da Instrução Normativa de Dosimetria, assunção das licitações de oito Unidades Descentralizadas, e implantação da ferramenta de gestão do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR em 100% dos órgãos descentralizados e nas Diretorias. Concluída a apresentação, o Presidente perguntou se existe previsão de implantar um plano de transformação digital dos serviços, ao que o Senhor Marcio Medeiros respondeu que tem sido pensada a questão das multas e, conseqüentemente, o convite a empresas para fornecer solução de operação desse serviço por um custo menor. Justificou que o gasto com os Correios para envio das multas gira em torno de 3,5 milhões de reais, além do envolvimento de mais ou menos trezentas pessoas na operacionalização do serviço. Afirmou que é possível realizar o mesmo serviço com apenas trinta pessoas e redução considerável nos custos com os Correios, caso seja desenvolvida uma solução sistematizada para tal. Finalmente, o palestrante citou o Sistema Eletrônico de Acompanhamento e Gestão da Ética – SEAGE, outra inovação no âmbito de sistemas, desenvolvido em conjunto pela Comissão de Ética e pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do DNIT, com grande

potencial para ser utilizado por outras as entidades públicas. A esse respeito, pediu apoio do MInfra para divulgação da ferramenta. O Presidente, então, solicitou que fosse feita uma apresentação sobre o Sistema para a Secretaria Executiva do MInfra. O Diretor de Administração assentiu e incumbiu-se de providenciar a exposição do SEAGE. Os Conselheiros agradeceram pelas informações trazidas e, em seguida, foi passada a palavra à Diretora de Infraestrutura Aquaviária, a qual iniciou a apresentação relativa aos Itens 2 e 3 da pauta no que diz respeito a sua Diretoria. A Senhora Karoline, então, iniciou dizendo que um dos principais desafios da DAQ na atual gestão é absorver as atribuições da Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR e, para tanto, será criada uma Coordenação de Portos Marítimos, vinculada à DAQ. Além disso, informou que já foi elaborada uma proposta de reestruturação dessa Diretoria e, uma vez aprovada, passará a existir uma representação da DAQ em vinte e dois estados, a fim de otimizar as ações da área aquaviária, no entanto, sem haver aumento de cargos, só o remanejamento dos já existentes. Prosseguiu, dizendo que tem sido estudado um Programa de Eclusas para realizar uma gestão mais adequada dessas estruturas, além do desenvolvimento de uma sala de situação, tipo sala de crise para monitorar as ações das Instalações Portuárias de Pequeno Porte - IP4. Informou que já foram promovidas ações visando ao retorno da operação de seis IP4 inicialmente; depois voltarão a operar mais seis e, por último, mais três, até que seja retomada a operação de todos os pequenos portos, os quais estavam sem funcionamento. Após essa explanação introdutória, a Diretora passou a falar sobre a programação orçamentária para o ano de 2019, incluindo os valores em milhões para seis ações, representando o Plano de Ação da DAQ, de acordo com a LOA disponível para o exercício. Destacou que as ações e o respectivo orçamento em milhões de reais seriam: Manutenção de Hidrovias – 110,6, Construção de Terminais Fluviais na Região Norte – 59,7, Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Tocantins – 22,8, Hidrovia do Tietê – 15,6, Manutenção e Operação dos Terminais Hidroviários – 42,7, e Operação de Hidrovias – 24,5. Complementou dizendo que o Plano de Ação do DNIT em conjunto com o MInfra é investir cerca de 97 milhões de reais em Estudos e Projetos na área aquaviária e 80 milhões na Gestão do PAC, a depender da divisão orçamentária. Prosseguiu destacando os projetos em execução e a licitar para cada uma das seis ações orçamentárias acima mencionadas. Ao tratar das ações relativas à manutenção e à operação dos Terminais Hidroviários, o Presidente perguntou como está a finalização das IP4 e se seria possível a visita de uma dessas Instalações pelo Ministro da Infraestrutura, ou até mesmo sua ida à inauguração de uma dos IP4. A Senhora Karoline Lemos disse que checará a situação da IP4 de Tefé e informará à Secretaria Executiva do MInfra para que organize a ida do Ministro até lá. O Presidente, então, disse que, em breve, o Ministro irá a Humaitá e, se for o caso, poderia ir até a IP4 de lá para conhecer e, inclusive, gravar um vídeo institucional ressaltando a remodelagem da DAQ e os investimentos nas operações das IP4. A Diretora de Infraestrutura Aquaviária concordou com a proposição e incumbiu-se de verificar e passar as informações para organização da agenda. Continuou apresentando o que já foi descentralizado para as Administrações Hidroviárias e a execução dos recursos por ação em 2019. O Presidente, então, perguntou o motivo da baixa execução na ação que envolve dragagem. A Senhora Karoline Lemos explicou que existem as campanhas de dragagem para cada hidrovia e, por isso, as atividades são feitas por etapas, além de também haver a questão das chuvas e da sazonalidade determinando os melhores períodos para realização da dragagem. Por fim, mostrou a proposta orçamentária da DAQ para o exercício de 2020, que totaliza 545,9 milhões de reais, distribuídos em 265 milhões para Manutenção de Hidrovias, 156,3 milhões para Construção de Terminais Fluviais na Região Norte, 70,5 milhões para Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Tocantins, 43,9 milhões para Manutenção e Operação dos Terminais Hidroviários, e 10,2 milhões para Operação de Hidrovias. O Senhor Presidente perguntou se há plano estratégico destinado às hidrovias. A palestrante respondeu que tem procurado seguir algumas prioridades do Plano Hidroviário Estratégico – PHE do MInfra, no entanto, disse que esse Plano é muito macro e considerou que são necessárias algumas intervenções mais pontuais.

que são primordiais no âmbito do DNIT, além de ser preciso priorizar as ações multimodais, que é um foco do atual Governo. Explicou que não há ainda um planejamento estratégico relativo às hidrovias, pois existem Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA em andamento, os quais ainda não estão finalizados. Desse modo, justificou que não foi possível ainda elaborar um planejamento nesse sentido. O Presidente agradeceu as informações e passou a palavra ao Senhor André Kuhn, Diretor Executivo do DNIT, para que explanasse sobre os Projetos para 2019 e o Planejamento 2019-2022 afetos a sua Diretoria. Inicialmente, o Diretor mencionou os três Escritórios que estão vinculados à DIREX – de Gestão Estratégica – EGE, de Gerenciamento de Processos – EGEPRO, e de Gerenciamento de Projetos – EGP. Depois, disse que, para entender o presente modelo de funcionamento, é importante avaliar o organograma atual do DNIT, o Sistema de Governança de Órgãos e Entidades da Administração Pública, o Sistema de Governança do DNIT e a adequação da nova Governança do DNIT, de acordo com as orientações do TCU. Apresentou os três grandes níveis de governança – Governança Institucional, Gestão e Gerenciamento. Continuou dizendo que o DNIT alcançou avanços significativos com a implantação da governança e continuará a aprimorar suas ações estratégicas e, dentre os principais avanços, mencionou a regulamentação da Governança e dos Comitês, a implantação do Programa de Integridade, o atendimento aos órgãos fiscalizadores, e a criação de ponto focal nas pontas. Quanto às iniciativas e aos indicadores, apontou como melhorias a revisão da carteira, o monitoramento das iniciativas e dos indicadores e os treinamentos realizados. E, em relação aos riscos, pontuou a criação da carteira de riscos corporativos, o assessoramento aos planos de ação e a capacitação nessa temática. Dando seguimento, mostrou um gráfico e um mapa para ilustrar a situação do DNIT em termos de corrupção e fraude. Informou aos Conselheiros que, num estudo realizado pelo TCU em 2018, o DNIT aparece como um dos oito órgãos com maior fragilidade à exposição a essas duas variáveis, numa posição da faixa vermelha onde estão alocadas as instituições mais frágeis mapeadas pelo Tribunal. Explicou que, com pequenas ações e iniciativas da nova direção da Autarquia é possível, ao menos, sair da faixa vermelha e ocupar a faixa laranja, como, por exemplo, a recente publicação da portaria que institui o processo seletivo para ocupação de cargos e funções comissionadas. Disse que essa e outras iniciativas relevantes, como a assinatura da Carta-Compromisso do DNIT contra a Corrupção e a Fraude pelas lideranças, a normatização da Política de Gestão de Riscos do DNIT, a Governança e a Gestão de Contratos efetivas, o atendimento à Portaria nº. 399/2019, a criação de portaria relativa ao Programa de Integridade do DNIT, a atualização e melhoria do Modelo de Governança no DNIT, podem tirar a Autarquia da faixa de risco. E, salientou que a maioria delas já está em fase de validação. Deu continuidade abordando o planejamento estratégico, disse que será atualizado para a nova gestão, com a respectiva revisão dos componentes – Valores, Objetivos Estratégicos, Iniciativas e Indicadores Estratégicos, Missão e Visão, SWOT, Metas, e Planos de Ação. Argumentou que tal revisão proporcionará progresso no alinhamento organizacional, o aumento da eficiência operacional, o direcionamento de recursos, ajustes internos para aproveitar tendências, melhoria de resultados, maior engajamento dos colaboradores, visibilidade e maior credibilidade. Informou que, atualmente, o planejamento estratégico do DNIT é composto por vinte objetivos estratégicos, que direcionam as trinta e uma iniciativas e os vinte e oito indicadores. Desse modo, avaliou que a atual gestão pretende reduzir os objetivos para poder melhor implementar e monitorar a eficácia de sua aplicação. Acrescentou que o novo planejamento será mais inclusivo e interativo, promovendo maior alinhamento e engajamento dentro da organização. Afirmou que, ao final dos trabalhos, o DNIT terá desenvolvido um novo planejamento estratégico consistente, o qual norteará suas ações até 2022. Prosseguiu falando sobre a Gestão dos Processos e suas fases. O Diretor Executivo disse que foi realizado o mapeamento de processos na Autarquia, que resultou no levantamento de um total de 449 processos. Mostrou os dados relativos à fase em que está o mapeamento desses processos e seu quantitativo, isto é, na fase Legado mencionou existirem 89 processos; Confirmado – 35 processos;

Desenhado – 57; Desenhado e Descrito – 35; Indicador Definido – 166; Nota técnica emitida – 13; e Implantado – 54. Mencionou que, desses 449 processos levantados, 325 (72,38%) estão em andamento e/ou implantados e 124 (27,62%) ainda não tiveram o mapeamento iniciado. Pontuou que o novo direcionamento do Escritório de Gerenciamento de Processos envolverá os principais macroprocessos que permeiam os componentes mais importantes da Governança do DNIT e, como ganhos, elencou a atualização da cadeia de valor da Autarquia, um modelo padrão de gestão de contratos para todas as áreas, os processos com enfoque em Governança e Gestão de Pessoas e em Governança de TI, e a revisão e atualização dos processos operacionais de TI, Pessoas e Contratos. Informou que houve uma redução importante nos contratos de consultoria e que tem sido pensada uma modelagem diferente de contratação, ou seja, contratos de terceirização para atuar e atender a áreas específicas. O Senhor André Kuhn deu andamento apresentando o Planejamento do EGE e do EGEPRO para o período de 2020 a 2022, asseverando que o foco é a melhoria da performance do DNIT, por meio da gestão e controle, desenvolvidos por diretrizes, políticas e instrumentos fundamentais para a consolidação da Nova Governança da Autarquia; pelo aumento da eficiência regulatória e da ampliação da governança e gestão, destrinchados em evolução da maturidade de governança, aperfeiçoamento dos controles internos da Autarquia, Plano Estratégico do DNIT atualizado e monitorado, Políticas inovadoras de integridade e governança, e aprimoramento contínuo da gestão de processos; e também pela otimização das ações estratégicas para alavancar a governança e a gestão, como a busca da evolução e da integração do modelo de governança na Autarquia, a capacitação avançada com metodologias adequadas, a automação dos processos, o aperfeiçoamento da cultura da gestão de riscos no DNIT, e a mudança organizacional e adoção das melhores práticas de *Compliance*. Continuou apresentando os Projetos para 2019 elaborados pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos – EGP, dentre eles a gestão de empreendimentos rodoviários prioritários, o lançamento do Sistema de Gestão de Portfólio – Sistema INTEGRA, a ampliação da gestão no Sistema INTEGRA, e a análise de riscos dos empreendimentos RDCi. Por fim, o Diretor Executivo mostrou o Planejamento 2020 a 2022, realizado pelo EGP. Para 2020, disse que o plano é desenvolver uma metodologia de gerenciamento, aumentando a maturidade na gestão com a implementação de melhorias nos processos, na busca de melhoria contínua; estabelecer um sistema de gestão, implementando melhorias ajustadas às mudanças e ao atendimento das partes interessadas na gestão dos empreendimentos; realizar a gestão de documentos, avaliando a estrutura atual e propondo plano de gerenciamento de documentos dos empreendimentos do DNIT; e promover a análise de riscos do RDCi, utilizando a base de dados de riscos dos empreendimentos monitorados pelo EGP, com vistas a aprimorar os resultados das análises. Com relação aos exercícios de 2021 e 2022, quanto à metodologia de gerenciamento, elencou o aumento da maturidade na gestão com a implementação de melhorias nos processos; no tocante ao sistema de gestão, disseminar o melhor uso das informações e indicadores na gestão dos empreendimentos para auxílio à tomada de decisão; tornar o EGP adaptável aos diferentes ciclos de negócios, agregando criatividade e melhorando sua performance nas entregas; e no que diz respeito à análise de riscos do RDCi, desenvolver e implantar o sistema para auxiliar na elaboração de matrizes de riscos relativas aos empreendimentos do DNIT. Ao final da exposição, o Senhor Marcelo Sampaio disse acreditar muito no planejamento estratégico e que ele funciona muito bem desde que seja efetivamente implementado e que haja um monitoramento contínuo. Sugeriu, então, que a Diretoria Executiva estabeleça contato com a Fundação Dom Cabral a fim de avaliar a possibilidade de efetivar um Acordo de Cooperação Técnica, como um realizado pelo MÍnfra, pois asseverou que essa Fundação é uma escola de negócios especialista em planejamento estratégico, podendo ser uma importante parceira na revisão do planejamento estratégico do DNIT. Disse também que deseja conhecer o Sistema INTEGRA para verificar se estão monitorando pontos similares aos que o Ministério vem acompanhando. Assim, solicitou que a Diretoria Executiva realize uma exposição sobre o Sistema à Secretaria Executiva do MÍnfra para que o Sistema seja

pb
K - 7

conhecido e para promover o alinhamento estratégico quanto aos empreendimentos e demais dados disponibilizados pelo INTEGRA. Ato contínuo, recomendou ainda que o DNIT promova alinhamento com a Subsecretária de Governança e Integridade, Senhora Fernanda Oliveira, a qual está à frente do Programa Radar Anticorrupção, que busca fortalecer o compromisso do Governo Federal no combate à fraude e à corrupção no âmbito do MInfra e de órgãos federais vinculados à Pasta, a fim de obter auxílio para o desenvolvimento de ações estruturantes com tal foco na Autarquia. O Colegiado agradeceu os esclarecimentos prestados e o Presidente passou à apreciação do **Item 4. Ações relativas a meio ambiente e desapropriação**. No que diz respeito a esse item, o Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT contemplou os esclarecimentos relativos ao assunto durante sua apresentação atinente aos Itens 2 e 3 da pauta. No que concerne ao **Item 5. Aprovação da indicação do nome do Novo Auditor-Chefe do DNIT**, o Senhor Diretor-Geral lembrou que tal rito incumbe ao Colegiado e cientificou os demais de que o indicado para assumir a chefia da Auditoria Interna do DNIT preenche todos os requisitos necessários, possuindo a capacitação requerida para o cargo. O Senhor Presidente perguntou aos membros se estavam de acordo com a indicação. Os Conselheiros, então, aprovaram, por unanimidade, a proposição do nome do Senhor Irasmon Gomes de Melo para ocupar o cargo de Auditor-Chefe do DNIT. Dando continuidade à apreciação da pauta, o Senhor Presidente passou ao **Item 6. Apresentação sobre a Proposta de Cooperação entre o Banco Mundial e o DNIT, a ser realizada pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa do DNIT**, o qual foi abordado pelo Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT durante sua apresentação referente aos Itens 2 e 3 da pauta. Quanto ao **Item 7. Apresentação sobre Quadro de Pessoal, Estrutura e Orçamento da Autarquia, a ser realizada pela Diretoria de Administração e Finanças do DNIT**, os esclarecimentos relativos ao assunto foram contemplados pelo Diretor de Administração durante sua exposição concernente aos Itens 2 e 3 da pauta. Finalizadas as apresentações, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos demais Conselheiros, caso tivessem comentários ou ponderações a fazer. O Senhor Eimair Ebeling fez observações pontuais para cada Diretoria. À DPP, sugeriu realizar alinhamento com a Secretaria Nacional de Transportes Terrestres – SNTT, a fim de estudar o Plano Nacional de Logística e cruzar as informações relativas aos corredores logísticos. Aconselhou manter a atual carteira de estudos e priorizá-la em função do planejamento e dos corredores. À DIR, o Conselheiro reiterou a já mencionada recomendação, de que se estude a criação de um grupo de trabalho para desenvolvimento de alternativas para obtenção de receita voltada à aplicação e sustentação da manutenção da malha rodoviária sob responsabilidade do DNIT, com a participação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. e do MInfra. Afirmou que solicitará ao Secretário da SNTT apoio para a organização do grupo de trabalho. Disse ainda ser imprescindível pensar na manutenção dos corredores logísticos, como a BR-163. À DAF, o Senhor Eimair Ebeling perguntou se o DNIT ainda está dentro do limite de execução constante na LOA, ao que o Senhor Marcio Medeiros afirmou que sim. O Conselheiro lembrou também que a validação da PLOA da Autarquia para 2020 deverá ser realizada também pelo MInfra, e não apenas pelo CONSAD. Continuando, abordou a Política Nacional de Segurança de Barragens e perguntou se há algo similar voltado à segurança das eclusas, na esfera de atuação da DAQ. A Senhora Karoline Lemos asseverou que tem estudado a questão e que há ações internas para avaliar isso, informando que foi realizado um estudo relativo à barragem de Tucuruí, em conjunto com o Professor André Pacheco, do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília. Disse que o relatório preliminar não apontou nenhum dano estrutural. Cientificou, ainda, sobre o PROECLUSAS, um programa recentemente lançado pela Diretoria, cujo objetivo é realizar a gestão, manutenção e operação das oito eclusas sob responsabilidade do DNIT. O Conselheiro Eimair Ebeling, por fim, questionou sobre a situação da dragagem dos portos, a atualização das tarifas cobradas pelas Companhias Docas e a interação do DNIT com a SEP/PR. A Senhora Karoline Lemos respondeu que o tema ainda não foi pautado, mas será colocado para compor as negociações a respeito da sub-rogação dos contratos com as

Companhias Docas. O Conselheiro e demais membros do Colegiado agradeceram os esclarecimentos prestados. Dando continuidade à apreciação da pauta, o Senhor Presidente passou ao **Item 8. Apresentação sobre Acórdãos do TCU e Gestão do DNIT junto ao Tribunal, a ser realizada pela Assessoria de Controle Externo, subordinada à Diretoria-Geral do DNIT**, momento em que o Senhor Diretor-Geral solicitou que tal exposição fosse adiada para a próxima sessão do Colegiado. O Presidente inquiriu os demais Conselheiros e restou definido que a apresentação fosse postergada para a reunião seguinte. Passou, então, a palavra ao Auditor-Chefe para explicar sobre o **Item 9. Relatório Gerencial sobre a situação das recomendações dos órgãos de controle, elaborado pela Auditoria Interna do DNIT, relativo a Maio/2019**. O Senhor Benedito Orlando informou que os dados do relatório referem-se ao mês de abril e que, no momento, há apenas quatro demandas atrasadas da CGU, de fácil resolução. Aditou que um Relatório mais atualizado será apresentado na próxima reunião do CONSAD. Os Conselheiros anuíram e o Senhor Presidente passou ao **Item 10. Nota Técnica nº. 108/2019/DA/AUDINT/DNIT SEDE e 15 Sumários Executivos de 2018, elaborados pela Auditoria Interna e enviados por e-mail em 16/5/2019 pela Secretaria do Conselho de Administração do DNIT**. Com relação a esse item, o Senhor Presidente trouxe diversos questionamentos quanto aos quinze Sumários Executivos de 2018, elaborados pela Auditoria Interna e encaminhados por meio da citada Nota Técnica, os quais foram pontuados conforme resumo trazido pelo Presidente no qual foram abordadas as constatações de auditoria e seu status de atendimento pelas áreas do DNIT. O Senhor Benedito Orlando respondeu aos questionamentos de acordo com a situação constante nos Sumários, mas afirmou que muitas constatações e recomendações levantadas já se encontram atualizadas em relação ao que está mencionado nos Sumários. Desse modo, o Senhor Marcelo Sampaio recomendou que os relatórios de auditoria não fossem encaminhados à CGU nos termos em que foram apresentados ao Conselho, mas que sejam feitas as devidas atualizações. Orientou que o DNIT sane as questões apontadas para posterior envio à CGU. Desse modo, o Conselho de Administração do DNIT não autorizou o envio da Nota Técnica nº. 108/2019/DA/AUDINT/DNIT SEDE e dos quinze Relatórios de Auditoria relativos a 2018 à CGU, até que sejam feitas as devidas atualizações e adequações. Determinou ainda que o DNIT terá um prazo de dois meses para apresentar os apontamentos atualizados de cada área auditada nos citados Relatórios ao Conselho de Administração. Além disso, o Conselho deliberou que seja encaminhado pedido de dilação de prazo à CGU para envio desses relatórios. No que se refere ao **Item 11. Apreciação das Atas das Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada de nº. 16 a 19**, o Senhor Presidente interpelou os participantes sobre a existência de algum comentário quanto às Atas. Nesse momento, o Conselheiro Eimair Ebeling pediu a palavra para esclarecer alguns assuntos. Na 16ª Reunião, de 29/04/2019, solicitou esclarecimentos com relação ao TED para adquirir equipamentos, viaturas e materiais de acampamento necessários ao transporte e à montagem e desmontagem de pontes de treliças metálicas, objeto do Relato nº. 91/DIR; e quanto à descrição do Relato nº. 22/DAF, sobre o calendário de licitação relativo ao PAC para o exercício de 2020. O Senhor Euclides Bandeira respondeu que o exército não dispõe de todos os equipamentos necessários à execução dos serviços, sendo uma complementação para permitir a montagem e desmontagem das pontes. O Senhor Marcio Medeiros disse que, apesar de ter a mesma sigla, não se trata do Programa de Aceleração do Crescimento, mas Plano Anual de Contratações. Na 17ª Reunião, de 07/05/2019, questionou sobre termo aditivo para alteração de consórcio, objeto do Relato nº. 103/DIR. O Senhor Euclides explicou que a citada alteração é apenas na composição do consórcio, não havendo alterações de objeto contratual. Na 18ª Reunião, de 14/5/2019, interpelou sobre termo aditivo para aumento de valor, decorrente de revisão de projeto em fase de obras, objeto do Relato nº. 108/DIR; e com relação ao Relato nº. 111/DIR, que trata de termo aditivo para prorrogação de prazo por mais 1500 dias. O Senhor Euclides explicou que, a depender do empreendimento, há necessidade de aumento de valor, porém, assegurou que há um cronograma, acompanhado pela Superintendência Regional no Estado do Rio Grande do Sul,




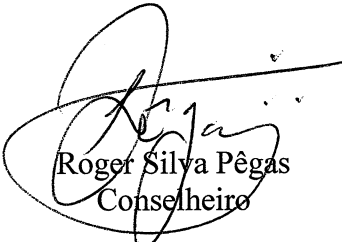
9



e há disponibilidade na LOA para execução da obra; e no que concerne ao prazo extenso de 1500 dias de prorrogação, salientou que é uma obra que possui muitas pendências relacionadas à desapropriação, à questão ambiental, entre outras. Na 19ª Reunião, de 20/5/2019, solicitou explicação sobre a aprovação da Instrução de Serviço visando definir os procedimentos para análise de Autorização Especial de Trânsito – AET, quanto às tarifas, objeto do Relato nº. 110/DIR; e sobre dispensa de licitação emergencial para contratar empresa especializada na prestação de serviços de atendimento remoto e presencial ao usuário e suporte ao ambiente computacional de infraestrutura do DNIT, objeto do Relato nº. 32/DAF. O Senhor Euclides disse que a instrução foi aprovada anteriormente às tratativas com os caminhoneiros e que o DNIT fará um alinhamento com o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN sobre o ajuste das tarifas de AET. O Senhor Marcio explicou que a emergência em questão substituirá dois contratos na área de TI, com economia de mais de 50%. O Presidente, após consulta à Secretaria Executiva do Conselho, informou que, apesar das atas das reuniões da Diretoria Colegiada serem apenas apreciadas pelo CONSAD, o item que trata da dispensa de licitação emergencial poderá ser objeto de detalhamento nas próximas reuniões do Colegiado. Restando explicadas as dúvidas expostas, o Presidente agradeceu e passou ao **Item 12. Assuntos gerais**. Perguntou aos presentes se algum deles teria mais algum assunto para mencionar e eles responderam que não. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros e demais presentes, dando por encerrada a sessão às dezoito horas e cinquenta minutos, da qual eu, Marcela Braz do Couto, Secretária-Executiva do Conselho de Administração, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pelo Senhor Presidente e pelos demais Conselheiros.-----



Marcelo Sampaio Cunha Filho
Presidente do CONSAD/DNIT


Antônio Leite dos Santos Filho
Conselheiro


Roger Silva Pêgas
Conselheiro


Eimair Bottega Ebeling
Conselheiro


Diogo Mac Cord de Faria
Conselheiro


Marcela Braz do Couto
Secretária do CONSAD/DNIT